



COLONIALIDADE E DIVERSIDADE HUMANA: REFLEXÕES SOBRE A SUBALTERNIZAÇÃO DE GÊNEROS, SEXUALIDADES E RAÇA.

UELQUER GUEDES DE SOUZA¹; MIRIAM CRISTIANE ALVES²

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – uelquerguedes@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – oba.olorioba@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo integra uma das ações do Núcleo de Estudos e Pesquisas É'LÉÉKO – Uma Psicologia Política Decolonial, do curso da psicologia da Universidade Federal de Pelotas, e se constitui como um ensaio teórico sobre a colonialidade, a diversidade humana e o controle dos gêneros, sexualidades e raça.

QUIJANO (1997) uma influência no pensamento crítico latino-americano, faz uso do conceito de colonialidade como algo que vai além dos limites e particularidades do colonialismo histórico, como algo que não desaparece mesmo após uma suposta independência ou descolonização dos povos das Américas Latinas. Nas relações de colonialidade, que ainda perduram até os dias de hoje e em contextos que se modificam com o passar dos anos, consequências nas esferas, econômica e política continuam a surgir mesmo com o término do colonialismo. Para uma melhor concepção de colonialismo FANON (2005) atribui à violência um papel central, como uma chave analítica na elaboração de suas argumentações. De acordo com ASSIS (p. 614, 2014) “essa distinção entre colonialidade e colonialismo permite explicar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais”, bem como demonstrar que “estas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelo mecanismo do sistema-mundo capitalista colonial-moderno”.

Ainda, sobre as contribuições de QUIJANO (1989) que nos traz um conceito fundamental para a compreensão dos modos de reprodução dos sistemas hierárquicos que ainda se atualizam na contemporaneidade, a colonialidade do poder manifesta um modelo hegemônico global, que articula raça, trabalho, subjetividades e espaços de acordo com a necessidade do capital e para o benefício de determinadas populações em detrimento de outras. O conceito de colonialidade do poder foi ampliado para outros domínios e MIGNOLO (p.12 1998) nos sugere que a colonialidade do poder “é uma estrutura complexa e com níveis que se entrelaçam” podendo ser eles: o controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais que é como vemos no cenário brasileiro, das subjetividades e do conhecimento e no controle dos gêneros e das sexualidades, esse último é onde se pretende ancorar esta escrita.

Ao pensarmos em colonialidade do poder, não podemos não fazer uso do pensamento crítico decolonial que, segundo COSTA e GROSFOGUEL (2016) trata-se de um enfoque associado às contribuições conceituais de autores latino-americanos que busca priorizar uma forma de pensar as questões e afetações que a modernidade e a colonialidade causam aos sujeitos. A proposta de um pensamento decolonial implica um projeto político que busca problematizar e redimensionar as diferenças e desigualdades raciais, de gêneros e sexualidades no meio social, partindo de lugares geopolíticos e também corpos políticos para a construção de uma episteme, que subverta a ordem hegemônica.

Estudos feministas decoloniais tem apontado um sistema que serve de base para a compreensão do funcionamento das sociedades: o patriarcado. Segundo



MARTÍNEZ (p. 174, 2017) “isso implica pensarmos uma organização social na qual os homens, heteros, exercem autoridade sobre todos, ou quase todos, nas esferas da vida social”. No entanto, podemos pensar a partir dessa lógica que essa ordem social como sistema de dominação, revelou a opressão e a invisibilidade das mulheres, especialmente das mulheres negras, mas também de quaisquer outras possibilidades de manifestação de gênero.

Nessa perspectiva, o presente ensaio teórico tem como objetivo refletir sobre a subalternização de gêneros, sexualidades e raça e o papel da Psicologia no processo de subversão da colonialidade do ser com a proposta de uma prática que caminhe rumo ao respeito à diversidade humana.

2. MÉTODO

Trata-se de um ensaio teórico que, ao renunciar qualquer tipo de essencialismo, busca se constituir como ferramenta capaz de visibilizar realidades e existências outras e problematizar a ordem hegemônica, que subalterniza e extermina outros modos de existir.

O referencial teórico parte dos Estudos Decoloniais, do Feminismo Negro e do Feminismo Decolonial, cujas principais categorias de análise são: colonialidade do poder (QUIJANO, 2007), colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2007), colonialidade do gênero (LUGONES, 2008) e diversidade humana (CARNEIRO, 2013).

O estudo está dividido em dois momentos: no primeiro será realizada uma revisão teórica sobre a interface entre Estudos Decoloniais, Feminismo Negro e Feminismo Decolonial no que tange as questões de gêneros, sexualidades, raça e diversidades humanas. Em seguida serão realizadas reflexões e problematizações sobre essas questões em relação ao papel da Psicologia no processo de subversão da colonialidade do ser.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Estudos Decoloniais se referem à colonialidade como o outro lado da modernidade. Colonialidade essa que se estende ao domínio do ser, ou seja, à colonialidade do ser. Esse conceito nasce imbricado ao conceito de colonialidade do poder que se reproduz em diferentes áreas das sociedades. De acordo com MALDONADO (2007) se a colonialidade do poder se refere aos modos de reprodução das formas de exploração e dominação, a colonialidade do saber faz referência ao conhecimento que é produzido e reproduzido para o fortalecimento de um regime colonial e exploratório, e a colonialidade do ser à experiência vivida na relação colonial e seu impacto nos discursos e subjetividade.

Dentre as várias correntes de feminismos encontra-se o Feminismo Decolonial que, segundo ESPINOSA (2016, p.143) “é reconhecido como uma revolução político-cultural, produto da modernidade e do progresso da humanidade; um movimento produzido, desenvolvido e liderado por mulheres”. A autora refere ainda que o Feminismo Decolonial surgiu: com o propósito de reinterpretar a história a partir da modernidade e colonialidade, a partir da compreensão de que esses dois sistemas têm como seu produto um mundo moderno androcentrico, sexista, misógeno, racista e preconceituoso; e, também, como um movimento que busca a recuperação e o fortalecimento das correntes críticas anteriores a ele como o Feminismo Pós-colonial e o Feminismo Negro. Este último colaborou com as discussões de gênero e diversidade humana, bem como com discussões sobre colonialismo interno.



A diversidade humana é aqui compreendida a partir da discussão realizada por CARNEIRO (2013) como as inúmeras possibilidades de realidades existentes que possamos vivenciar ou perceber. A diversidade pode retratar, também, as realidades que nos fogem à consciência e também à nossas experiências de vida podendo ser elas subjetivas ou relacionais.

DAVIS (2013) em seu livro “Mulher, Raça e Classe” contribui para o pensamento Feminista Negro ao produzir uma análise interseccional e dialética da história das mulheres negras norte-americanas do século XIX. Ela analisa o lugar de fala da mulher negra escravizada, as lutas de classe e pela abolição da escravidão, pelo sufrágio e os diferentes atores políticos envolvidos nesse cenário. Ela observa que “ao lutarem pelo abolicionismo, porque foi quando as mulheres negras decidiram lutar pela libertação do povo negro, que perceberam que não tinha direitos políticos, pois foi esse mesmo movimento abolicionista feminino que ficou chocado por ser dado primeiro o direito de voto ao homem e não à mulher” DAVIS (p.4, 2013). A colonialidade do poder manifesta-se, como vemos, na forma de colonialidade do gênero, termo que em seguida será conceituado por Lugones.

A colonialidade do gênero é acrescentada por LUGONES (2008; 2014) às formas de colonialidade. Segundo a autora existe um sistema moderno e colonial de gênero que exclui as categorias raça e classe em sua constituição. Faz-se profundamente importante, a partir das leituras das produções dessa autora pensarmos sobre a interseccionalidade entre gênero, raça e classe. Sua crítica é direcionada às teorias feministas generalizantes, que, segundo ela, são excludentes de mulheres com especificidades de raça, sexualidade e classe, por exemplo, de modo que “para superar essa dominação colonial é preciso construir um feminismo decolonial capaz de construir categorias representativas dos não ditos da modernidade e colonialidade no tocante ao gênero” (LUGONES, 2007, p. 193).

Discussão que nos leva ao conceito de interseccionalidade de CRENSHAW (p. 177, 2002), por ele definido como “uma conceituação do problema das múltiplas formas de subordinação que, busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais de seus eixos”. Ou seja, pensarmos interseccionalidade é nos preocuparmos como os diversos sistemas discriminatórios que criam desigualdades que estruturam as posições das mulheres, dos homossexuais, dos pobres e outros.

No que tange a ciência psicológica, acentada na colonialidade do saber, produziu e ainda produz discursos universalizantes sobre a subjetividade humana de modo a contribuir com a psicopatologização da diversidade humana. Como exemplo atual, temos o debate sobre a cura gay, um projeto organizado por profissionais da psicologia, que tem conta com o apoio de uma banca política conservadora, que prima por controlar qualquer tipo de diversidade humana diferente da que encontramos na lógica binária de gênero.

A psicologia na contemporaneidade tem exigido a formação de “profissionais desenvolvam uma sensibilidade ao outro, que progressivamente façam deste outro um nós, numa lógica afirmativa da intervenção que se quer conhecedora de experiências multiformes e multiculturais” CARNEIRO (2013, p. 45). A partir do respeito à diversidade humana, posto em prática no campo de ação do(a) psicólogo(a), poderá ser possível a formação de novos profissionais que, por sua vez, terão a potência de visibilizar outras possibilidades de existências.

4. CONCLUSÕES

A partir dos Estudos Decoloniais, do Feminismo Decolonial e do Feminismo Negro foi possível pensar em lugares de fala, em vozes que historicamente foram caladas e subalternizadas. Lugares que remetem ao reconhecimento das lutas sociais de mulheres trabalhadoras, mulheres negras, mulheres lésbicas cujos projetos políticos e epistemológicos evidenciam a necessidade de atuarmos na interseccionalidade de gêneros, sexualidades e raça, na perspectiva de pensarmos em sociedades mais equânimes e democráticas. E, deste modo, construir um caminho de pensamento crítico no campo da Psicologia que possa contribuir para a formulação de questionamentos e respostas epistemológicas a partir do subalterno sobre o projeto eurocêntrico de modernidade, provocando um novo enfoque e novas formas de existências e construção de mundo, alcançando a superação das relações de opressão, de violência e de dominação do outro.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Wendel Ficher Teixeira. **Do Colonialismo à Colonialidade: Expropriação Territorial na Periferia do Capitalismo**. Caderno CRH, Salvador, v.27, n. 72, pg. 613-627, Set./Dez. 2014. Disponível no link: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n72/11.pdf>
- CARNEIRO, Nuno Santos. **Contra a “Violência do Inexistir”: Psicologia Crítica e Diversidade Humana**. Psicologia & Sociedade; 25(1): 40-47, 2013.
- COSTA, Joaze Bernardino; GROSGOQUEL, Ramón. **Decolonialidade e Perspectiva Negra**. Dossiê: Decolonialidade e Perspectiva Negra. Soc. Estado. Vol 31 no. 1 Brasília Jan./Apr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00015.pdf>
- CRENSHAW, KIMBERLÉ. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. S.Paulo: Boitempo, 2013 [1981]
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora. Ed. UFJF, 2005.
- LUGONES, M. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa [en línea], Bogotá-Colombia, n.9, p.73-101, jul.-dez. 2008.
- LUGONES, María. **“Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System”**. Hypatia, 22(1):186 209, 2007.
- MALDONADO-TORRES, N. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**. In: CASTRO-GÓMEZ, S. et al (Orgs. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Cap. 6, p. 127-168.
- MIGNOLO, Walter. **Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina**, em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (coords.). Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate. México: Miguel Ángel Porrúa (1998).
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina**. In: Anuário Mariateguiano. Lima: Amatua, v.9, n.9, 1997.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (Orgs.), El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; U.C., I.E.S.C. y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Cap. 5, p.93-126.